

Brasil

Demografia Voz das etnias começa a ser ouvida, diz Instituto Socioambiental
Levantamento mostra 266 povos indígenas no Brasil

Daniela Chiaretti
De São Paulo

O Brasil tem mais de 266 povos indígenas, que falam mais de 160 línguas e vivem em 731 terras em diferentes estágios de reconhecimento. Do total, são 490 terras com demarcação concluída e 241 em processo de demarcação. É mais de 1,5 milhão de pessoas que vivem em todas as regiões do país, sem contar os 114 povos isolados, ou mais. O movimento indígena nunca foi tão forte nem tão coeso, depois de viver dias de conflito intenso no governo Jair Bolsonaro. Neste cenário, as mulheres são as protagonistas das lutas recentes.

Esse diagnóstico está em "Povos Indígenas no Brasil 2017-2022", publicado pelo Instituto Socioambiental (ISA) e lançado ontem. A publicação, que existe desde 1980 e está na 13ª edição, é a grande referência sobre quem são os povos indígenas no Brasil.

"A obra é um grande quebra-cabeças que procura contribuir para o entendimento da enorme diversidade indígena e é produto da contribuição de uma ampla rede de colaboradores indígenas, indigenistas, fotógrafos, linguistas, profissionais da saúde e educação", diz o antropólogo Tiago Moreira, do Programa Povos Indígenas no Brasil do ISA, um dos editores do livro. São 230 autores, sendo mais de 74 autores indígenas.

"Há um processo de emergência indígena em curso desde os anos 70 e que se acentuou com os direitos reconhecidos pela Constituição. É a busca pelas raízes e ancestralidade", diz Moreira.

A primeira edição, há 42 anos, pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação, (entidade que deu origem ao ISA) falava em 150 povos. O número cresceu a cada edição organizada por Fany Ri-



Vanda Witoto: "A história que estamos escrevendo hoje não está nos livros"

cardo e pelo antropólogo Beto Ricardo. "Ao se reconhecerem como indígenas, muitos passam por situações de risco", diz Moreira.

A pandemia passa por todos os capítulos da publicação. Um dos autores, Márcio Santilli, um dos fundadores do ISA, descreve o retrocesso nos direitos indígenas dos últimos quatro anos. Outro destaque é o que discute o mito de que "há muita terra para pouco índio". Em Mato Grosso do Sul, por exemplo, a densidade habitacional nas áreas indígenas é de 27 habitante por km², quatro vezes maior que a do Estado. Se as terras indígenas ocupam cerca de 13% do território nacional, o estoque de pastagens degradadas é de 11%.

Outro texto discute sobre o pacote de projetos anti-indígenas no Congresso. A parte que homenageia as lideranças que morreram nunca foi tão extensa.

Vanda Ortega, técnica de enfermagem, foi a primeira pessoa a receber a vacina contra covid-19 no

Amazonas. Ela é indígena do povo Witoto e nasceu no Alto Solimões, no município de Amanatã, na aldeia Colônia. Recebeu a vacina não por ser indígena, mas sim por ser profissional da saúde. Lutou muito, em Manaus, para conseguir que outros fossem vacinados. Vive no Parque das Tribos, no entorno de Manaus, onde estão mais de 700 famílias de 35 etnias.

Os povos indígenas sofreram com a falta de vacinas e proteção na pandemia, e as populações em contexto de cidade, não aldeadas, foram as mais impactadas. Não eram atendidos pelo SUS, por serem indígenas, nem pela Secretaria Especial da Saúde Indígena (Sesai), por serem da cidade e não viverem em aldeias. "Isso teve grande repercussão, nacional e internacional, e reivindicamos vacinas para os indígenas das cidades, não garantidas na pandemia", diz ela.

Para combater a injustiça, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) protocolou a ADPF 709 (Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental, um tipo de ação para reparar danos a algo previsto pela Constituição) — episódio resgatado no livro. Os ministros do Supremo Tribunal Federal determinaram que o governo federal adotasse medidas de proteção aos povos indígenas durante a pandemia. "Só vacinamos quando chegávamos à faixa etária. A decisão não foi cumprida", diz ela, convidada a debater no lançamento ontem, em São Paulo.

"Os povos indígenas são resistentes. Agora há um protagonismo das mulheres que estão a frente das grandes lutas", diz. "A história que estamos escrevendo hoje não está na maioria dos livros. Esse documento tem um simbolismo importante porque traz as nossas vozes. Não são os outros falando por nós", diz Vanda Witoto.

AGU aprova retomada de multas do Ibama

Folhapress, de Brasília

O advogado-geral da União, Jorge Messias, aprovou nesta segunda-feira, 20, pareceres que permitem a cobrança de R\$ 29,1 bilhões em multas ambientais aplicadas pelo Ibama que foram barradas pelo governo Jair Bolsonaro (PL), sob o argumento de prescrição.

No ano passado o ex-presidente do Ibama Eduardo Bim entendeu que essas penalidades eram inválidas por interpretar que determinados despachos nos processos não interrompem a contagem de prazos para prescrição.

Na época a Procuradoria Federal junto ao Ibama alertou que esses entendimentos poderiam resultar na extinção de 183 mil autos de infração, o equivalente a 84% dos processos sancionatórios abertos no Ibama.

Nos pareceres que foram aprovados por Messias, a AGU afirma que os atos são capazes de interromper a prescrição da pretensão punitiva, ao contrário do que entendia o presidente do Ibama sob Bolsonaro.

Os documentos foram elaborados pela Subprocuradoria-Geral Federal de Cobrança e Recuperação de Créditos e pela Consultoria Jurídica do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Esses pareceres também definem que "entre os atos capazes de interromper a prescrição da pretensão punitiva estatal, a título de exemplo, o parecer técnico instrutório, a realização de vistoria, contradita ou qualquer outra diligência imprescindível ao declínio do processo, inclusive, as medidas acatatórias que mantêm não em causa de causalidade com o ato infracional". Ao aprovar os entendimentos, Messias disse que "a infração ambiental não pode compensar financeiramente".

"Neste momento em que a humanidade enfrenta uma ameaça existencial, com a crescente emergência climática, a AGU não poderia deixar de cumprir seu papel de dar segurança jurídica para um dos eixos centrais da proteção ambiental: a responsabilização dos que agredem o meio ambiente e colocam em risco o futuro do planeta", afirmou.

No ano passado, o jornal "Folha de São Paulo" revelou que a ofensiva por invalidação de multas ambientais se somava a outras iniciativas da gestão de Eduardo Bim no Ibama.

Em 13 de março de 2022, uma reportagem mostrou que um documento do próprio órgão apontou risco de prescrição de mais de 5.000 autos de infração ambiental lavrados no governo Bolsonaro, em razão da incapacidade de processamento dos autos para encaminhamento a julgamento.

No dia 30 do mesmo mês, outra reportagem revelou que um despacho assinado por Bim anulava etapas de processos de infração ambiental e ampliava as possibilidades de prescrição das multas.

O ex-presidente do Ibama considerou inválida a notificação de infratores por edital para a apresentação de alegações finais nos processos, nos casos em que seria possível localizar os autuados. Ele disse ter se baseado em jurisprudências dos TRFs (Tribunais Regionais Federais), do STJ (Superior Tribunal de Justiça) e da AGU.

Atividade econômica

Indicadores agregados

Table with columns for indicators (e.g., PIB, Indústria, Comércio) and months from Nov/21 to Mai/22. Includes a small bar chart for PIB.

Atualize suas contas

Varição dos indicadores no período

Table with columns for indicators (e.g., PIB, Indústria, Comércio) and months from Nov/21 to Mai/22. Includes a small bar chart for PIB.

Produção e investimento

Varição no período

Table with columns for indicators (e.g., PIB, Indústria, Comércio) and months from nov/21 to mai/22.

Inflação

Varição no período (em %)

Table with columns for indicators (e.g., IPCA, IPCA-F, IPCA-E) and months from nov/21 to mai/22.

IR na fonte

Faixas de contribuição

Table with columns for indicators (e.g., IR-15%, IR-25%) and months from nov/21 to mai/22.

Dívida e necessidades de financiamento

Valores em R\$ bilhões - no setor público

Table with columns for indicators (e.g., Dívida Bruta, Dívida Líquida) and months from nov/21 to mai/22.

Principais receitas tributárias

Valores em R\$ bilhões

Table with columns for indicators (e.g., Receita Federal, Receita Estadual) and months from nov/21 to mai/22.

Resultado fiscal do governo central

Valores em R\$ bilhões - preços de janeiro

Table with columns for indicators (e.g., Resultado Fiscal, Receita Bruta) and months from nov/21 to mai/22.

Imposto de Renda Pessoa Física

Pagamento de quotas - 2022

Table with columns for indicators (e.g., Quota, Valor de referência) and months from nov/21 to mai/22.

Resultado fiscal do governo central

Valores em R\$ bilhões - preços de janeiro

Table with columns for indicators (e.g., Resultado Fiscal, Receita Bruta) and months from nov/21 to mai/22.